



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$90

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries	Ano 240\$
A 1.ª série	90\$
A 2.ª série	80\$
A 3.ª série	80\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 250 a linha, acrescido do respectivo imposto do azeite. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Aviso aos assinantes

Todos os assinantes do «*Diário do Governo*», cujas assinaturas terminem no fim do corrente mês são prevenidos de que as devem renovar, remetendo a tempo a importância respectiva, a fim de não sofrerem interrupção na remessa.

Os preços são os seguintes:

As 3 séries: 240\$ por ano ou 130\$ por semestre
A 1.ª série: 90\$ " 48\$ "
A 2.ª série: 80\$ " 43\$ "
A 3.ª série: 80\$ " 43\$ "

Para o estrangeiro ou colónias acrescem os portes do correio.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Declaração — Rectifica a forma como foi publicado o decreto n.º 35:733, que estabelece a divisão administrativa das colónias de Angola e Moçambique.

Ministério da Justiça:

Declaração de ter sido, por despacho ministerial, aumentado o quadro da Repartição Administrativa do Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça.

Ministério da Marinha:

Portaria n.º 11:631 — Determina que o vapor *Vulcano* passe a ter a designação de draga-minas *Vulcano*.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 11:632 — Manda publicar nas colónias, para nas mesmas ter execução, com algumas modificações, os artigos 3.º, 4.º, 5.º, 8.º e 9.º do decreto-lei n.º 35:978 (julgamento de processos sobre matéria civil e comercial).

Portaria n.º 11:633 — Reforça a verba inscrita no n.º 1) do artigo 975.º, capítulo 11.º, da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da colónia de Angola.

Ministério da Economia:

Decreto-lei n.º 36:054 — Insere disposições relativas ao aproveitamento de baldios reservados e à colonização da Herdade de Pegões, da Mata Nacional da Gafanha e da Campina da Idanha.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Declarava-se, para os devidos efeitos, que no original, arquivado nesta Secretaria, do decreto n.º 35:733, publicado pelo Ministério das Colónias, Gabinete do Ministro, no *Diário do Governo* n.º 147, 1.ª série, de 4 de Julho último, está escrito no artigo 3.º:

• 4.º Distrito de Uíge: Ambaca, Ambriz, Bembe, Dande, Dembos e Pombo;
5.º Distrito de Cuanza-Norte: Cambambe, Cazengo, Icolo e Bengo e Quissama;

e não:

4.º Distrito de Uíge: Ambaca, Ambriz, Bembe, Dembos e Pombo;
5.º Distrito de Cuanza-Norte: Cambambe, Cazengo, Dande, Icolo e Bengo e Quissama;

come, por lapso, foi escrito na cópia enviada à Imprensa Nacional para publicação no referido *Diário do Governo*.

Secretaria da Presidência do Conselho, 18 de Dezembro de 1946.—O Chefe da Secretaria, *Manuel José Francisco de Almeida Castelo Branco*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria Geral

Por despacho ministerial de 10 do corrente foi determinado que, em virtude do aumento de serviço resultante para o Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça da execução do decreto-lei n.º 35:977, e ao abrigo do disposto no artigo 5.º do decreto-lei n.º 35:483, fosse aumentado o quadro da respectiva Repartição Administrativa com o seguinte pessoal:

1 terceiro-oficial;
3 aspirantes;
1 dactilógrafo.

Os vencimentos serão os correspondentes às respetivas categorias, nos termos do decreto-lei n.º 26:115.

Secretaria Geral do Ministério da Justiça, 13 de Dezembro de 1946.—Servindo de Secretário Geral, *Eurico Serra*.